

SUBPROJETO VII
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS SOBRE O
SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO

Outras Atividades de Desenvolvimento Metodológico

RELATÓRIO DETALHADO DA METODOLOGIA DOS
CURSOS DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS
SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – N°. 003/2007

2008

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



**Ministério do
Trabalho e Emprego**



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Ezequiel Sousa do Nascimento

Diretor do Departamento de Qualificação - DEQ

Carlo Roberto Simi

Coordenadora-Geral de Qualificação - CGQUA

Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos

Coordenadora-Geral de Certificação e Orientação Profissional - CGCOP

Ana Paula da Silva

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-6264
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.



Direção Sindical Executiva

Tadeu Moraes de Sousa - Presidente

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo Mogi e Região - SP

Alberto Soares da Silva - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

João Vicente Silva Cayres - Secretário

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Antônio Eustáquio Ribeiro - Diretor

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília - DF

Antônio Sabóia Barros Junior - Diretor

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Sousa - Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Carlos Donizeti França de Oliveira - Diretor

FE dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros - Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

José Carlos Souza - Diretor

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Mara Luzia Feltes - Diretora

SEE de Assessoramentos Perícias, Informações, Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Diretor

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Pedro Celso Rosa - Diretor

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Zenaide Honório - Diretora

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Cláudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica

Equipe Executora

DIEESE

Coordenação do Projeto

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Cláudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira de Projetos
Antonio Eduardo Rodriguez Ibarra – Coordenador Subprojeto I
Lavínia Maria de Moura Ferreira - Coordenadora Subprojeto II
Antonio Eduardo Rodriguez Ibarra – Coordenador Subprojeto III
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto IV
Paulo Roberto Arantes do Valle – Coordenador Subprojeto V
Suzanna Sochaczewski Evelyn – Coordenadora Subprojeto VI
Ana Cláudia Moreira Cardoso – Coordenadora Subprojeto VII

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Consultores

Consultoria Educacional Peabiru LTDA - Consultores Associados em Educação
Crismac Consultoria Administrativa LTDA
Marlene Seica Shiroma Goldenstein
Plexus Coordenação e Moderação de Eventos LTDA
Rubens Naves Santos Jr. – Advogados

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

SUMÁRIO

PARTE I	06
1. APRESENTAÇÃO	06
2. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO DIEESE	07
3. ESPECIFICIDADE DO CURSO PARA CONSELHEIROS DE COMISSÕES DE EMPREGO	11
4. O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS SOBRE SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA NO ANO DE 2008: NÍVEL 2	12
5. CORPO DOCENTE	18
6. O MATERIAL DIDÁTICO	21
7. PERSPECTIVAS PARA A CONTINUIDADE DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO	22
PARTE II – DETALHAMENTO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM 2008	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

PARTE I**1. Apresentação**

Trabalhadores, empresários e membros de governo reunidos no II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, realizado na cidade de Guarulhos, em agosto de 2005 deliberaram que para uma atuação qualificada como Conselheiros de Comissões de Emprego seria necessária uma capacitação específica. Essa capacitação deveria aliar um aprendizado teórico sobre os temas do trabalho, do emprego e da renda neste início do século XXI, ao conhecimento da realidade de municípios e estados onde atuam e ao exercício monitorado de um fórum tripartite.

Para atender a essa demanda, o Ministério do Trabalho e Emprego propôs ao DIEESE e à Unitrabalho o desenvolvimento de um programa de qualificação social. As duas entidades elaboraram em conjunto sua concepção e executaram em 2006 a capacitação, cada uma delas, de acordo com sua natureza institucional: o DIEESE como corpo técnico do Movimento Sindical; e a Unitrabalho como uma rede de Universidades que tem o trabalho como um de seus temas. Em 2007, apenas o DIEESE deu continuidade ao programa de qualificação social, sendo abrangidas as regiões Sul e Sudeste.

Já em 2008 o DIEESE realizou o Curso para Conselheiros de Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, Trabalho e Renda (Nível 1) na região Nordeste e desenvolveu uma continuidade do curso (Nível 2) para as Comissões das regiões Sul e Sudeste.

Este relatório apresenta a concepção de educação do DIEESE, o desenvolvimento metodológico, a definição do material didático, o corpo docente e a sistematização deste novo Curso de Conselheiros – Nível 2, ministrado em 2008. Apresenta, ainda, o detalhamento das atividades formativas propriamente ditas, da maneira como o DIEESE as concebeu e as executou, neste ano.

O Curso de Conselheiros – Nível 1, apresentado em relatório ao MTE em anos anteriores, foi ministrado em 2008, seguindo o mesmo escopo temático e percurso formativo, após passar por uma avaliação da equipe do DIEESE com base nas avaliações dos participantes.

2. A concepção de educação do DIEESE

As atividades desenvolvidas pela área de educação do DIEESE têm como objetivo propiciar o diálogo entre os conhecimentos produzidos por alunos adultos ao longo da vida, seu repertório, e o conhecimento científico socialmente produzido e acumulado.

A concepção de educação adotada pelo DIEESE, em consonância com sua posição de produtor de conhecimento, parte de uma abordagem sócio-histórica que *“considera a aquisição do conhecimento um processo em que a interação dos participantes com o conhecimento que desejam obter não é solitária, mas sim, social; não é direta, mas mediada”*¹

A educação é um processo porque o conhecimento não é único nem finito, é produzido por sujeitos que, em suas atividades cotidianas, transformam e são transformados historicamente e, ao mesmo tempo, vêem e analisam a realidade a partir das suas experiências.

Um trabalhador da indústria química, por exemplo, percebe o processo de trabalho na fábrica em que trabalha de um modo diferente de um outro trabalhador da mesma empresa, ou do proprietário da empresa, pois cada um tem uma trajetória diferente, determinada a partir de seu lugar social e é assim e por isso que são construídos repertórios diferentes.

O conhecimento científico, ou seja, aquele que é tido como universal, na verdade pertence a uma época, a uma classe, a uma etnia. Mais que isso, o conhecimento não é eterno, mas se transforma com a transformação da sociedade.

O homem produz conhecimento quando atua no trabalho, na leitura, vendo um filme, cotidianamente. Cada uma dessas interações com o mundo é mediada porque o postulado fundamental da Escola de Psicologia Sócio-histórica é que *“as funções psicológicas humanas diferem dos processos psicológicos de outros animais, porque são culturalmente mediadas, historicamente desenvolvidas e emergem da atividade prática”*².

A peculiaridade da atividade formativa organizada, diferentemente dos processos informais de obtenção de conhecimento, é que sempre há uma intenção do formador ao atuar na mediação. Esta intencionalidade, consciente ou não, pode ser a de reprodução do conhecimento acumulado, ou seja, de manutenção e reforço do que está estabelecido, do *status quo*. Entretanto, a intenção da formação pode ser também a de

1 DIEESE. Caderno do Formador. *Seminário Emprego e desemprego: desafios à ação sindical*, (kit – Coleção Seminários de Negociação. São Paulo, 2004, pg.20

2 MOOL, Luís. *Vigotsky e a educação*. Artmed: Porto Alegre, 2002, pg.87

transformação desse conhecimento, procurando a construção de significados que sejam compartilhados por um determinado grupo e que contemplem sua ação. No limite, o que se procura é a transformação da realidade tendo como objetivo um determinado projeto de sociedade. Esta é a abordagem da formação realizada pelo DIEESE.

Para que este modo de produzir conhecimento se concretize é necessário que a relação entre objeto do conhecimento (conteúdo), sujeito de conhecimento (aluno) e formador se desenvolva de uma certa maneira na atividade formativa, ou seja, é preciso que a metodologia de aprendizado seja coerente com esta concepção de educação.

O formador atua na mediação propondo ao aluno, ao sujeito do conhecimento, exercícios, desafios “(...) *que vão criando sucessivas oportunidades de interação com o objeto de conhecimento. O formador busca, através destes exercícios, mobilizar o repertório dos participantes da atividade formativa, ou seja, tudo o que já sabem, criando possibilidades para mediar a relação entre o conhecimento existente no grupo e o conhecimento socialmente acumulado*”.³ Esse processo formativo, que inclui o repertório do *aprendente* leva à produção de um conhecimento novo.

A partir dessa perspectiva, o DIEESE tem como referência que “*o conhecimento é, pois, um processo infinito, mas um processo acumulando as verdades parciais que a humanidade estabelece nas diversas fases do seu desenvolvimento histórico. Alargando, limitando, superando verdades parciais, o conhecimento baseia-se sempre nelas e toma-as como ponto de partida para um novo desenvolvimento*”.⁴ Dessa forma, quanto maior o repertório do sujeito ou o conhecimento de um grupo, maiores serão as possibilidades de compreensão da realidade e, portanto, de intervenção nessa realidade.

Do mesmo modo, a amplitude e a qualidade do repertório do formador interferem na produção do novo conhecimento na trajetória formativa. Se o formador é aquele que atua na mediação entre conhecimentos individuais e o conhecimento formalizado, é importante que domine bem tanto o conhecimento formalizado quanto o repertório daqueles que estão ali para aprender.

A mediação do formador será mobilizadora quando solicitar aos aprendentes que elaborem seu pensamento através de leitura, filmes, conversas sobre situações, cenas, representações e histórias - entre várias outras possibilidades - porque nelas há o movimento que possibilita atribuir um novo significado às experiências e aos conhecimentos individuais.

3 DIEESE pg. 20

4 SCHAFF, Adam. Pressupostos gnoseológicos in: *História e Verdade*, pg. 97

Assim, na concepção de educação do DIEESE há sempre a intenção de recuperar a totalidade do processo histórico a despeito da aparente fragmentação da realidade. Isso se faz com a retomada da dimensão histórica e social de uma problemática, mesmo que, a princípio, ela pareça ser um conjunto de experiências individuais.

A passagem da experiência individual fragmentada para uma construção social leva, não só à recuperação da totalidade, mas também, e conseqüentemente, à percepção dos *aprendentes* de seu papel de sujeitos da história.

Finalmente, a concepção de educação do DIEESE considera o sujeito da aprendizagem como aquele que transforma e é transformado pela atividade de aprender e a própria aprendizagem como um processo que não começa nem termina na atividade formativa.

Na parte II deste relatório, “Detalhamento do Programa de Formação”, é apresentada a maneira como esta concepção do DIEESE se realizou no Nível 2 do Curso de Formação de Conselheiros. Para a realização de cada atividade do curso, foram propostos *temas*; apontados os *objetivos* e as *intenções* do formador; sugeridos *desenvolvimentos* e indicadas *bibliografias* específicas para a coordenação, assim como materiais a serem entregues aos participantes.

A descrição dos *objetivos*, em cada uma das atividades, teve como finalidade esclarecer o que se pretendia em cada uma delas; onde se queria chegar com relação ao objeto do conhecimento, aos temas a serem discutidos. A *intenção* de uma atividade formativa, por sua vez, relaciona-se ao que se pretende em relação ao sujeito do conhecimento, neste caso os Conselheiros. Assim, a explicitação de tais conceitos, neste relatório, facilita o entendimento tanto do recorte temático como da concepção de educação do DIEESE que norteou a realização do curso de Formação de Conselheiros. Vale ressaltar que, nas atividades formativas, apenas os objetivos são explicitados aos participantes. Quanto às intenções, a coordenação vai avaliando se elas se realizam e como vai se dando a transformação dos sujeitos *aprendentes*. Isto porque, é esta avaliação permanente que evidencia a necessidade, ou não, de mudanças nos *momentos* seguintes das atividades.

Na parte referente ao *desenvolvimento*, para cada atividade foram organizados *momentos* que se sucedem e que possibilitam a construção de um conhecimento em torno do tema do curso, qual seja: o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Como se trata de um processo, os momentos não são estanques ou blocos isolados: os temas neles contidos vão e voltam e se inter-relacionam, a depender de como os sujeitos movem o processo. Assim, cada momento é entendido e trabalhado como parte de um

mesmo processo de construção do conhecimento, de tal forma que as questões debatidas vão sendo retomadas e revisitadas ao longo dos módulos.

Com relação aos *momentos* das atividades, os diversos *exercícios* utilizados foram descritos. *Exercícios* são tanto uma aula dialogada como um jogo, uma exibição de filme ou um trabalho em grupo. Em outras palavras, *exercício* é o que se faz, é o que o formador propõe para mobilizar os participantes e propiciar a produção de um novo conhecimento.

3. Especificidade do Curso para Conselheiros de Comissões de Emprego

O programa de qualificação social para Conselheiros de Comissões de Emprego concebido e executado pelo DIEESE, e financiado com recursos públicos, tem como referências adicionais os seguintes procedimentos já habituais às atividades formativas realizadas pelo Departamento:

- Transparência de conteúdo e desenvolvimento;
- Cumprimento de prazos, datas, horários e perfil de participante;
- Cumprimento de regras de frequência e regras para a certificação;
- Preenchimento de formulários obrigatórios;
- Utilização plena e correta dos recursos disponíveis.

Além disso, este programa tem importância estratégica para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) e representa uma rara oportunidade pelos seguintes motivos:

- Resulta do atendimento às resoluções do II Congresso Tripartite do SPETR;
- É passo essencial para a continuidade da implementação do “novo” SPETR;
- É capacitação necessária para que as comissões ou conselhos de emprego retomem sua função deliberativa, revista e explicitada nas resoluções do II Congresso e para que os conselheiros exercitem seu papel de representantes dos atores sociais que compõem este espaço na estrutura da Política Pública de ETR.

A natureza do espaço tripartite deste programa de qualificação social:

- Propicia que sua heterogeneidade possa ser vivida como enriquecedora e não como impeditiva para o desenvolvimento do processo de aprendizagem;
- Prioriza um espaço de formação e não de disputa, embora seja preparatório para a disputa;
- Faz com que se opte pelo formato de imersão que permite atividades de lazer conjuntas que contribuem para o melhor conhecimento e entrosamento dos membros das comissões ou conselhos.

4. O Programa de Formação de Conselheiros sobre Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no ano de 2008: Nível 2

NÍVEL 1

O DIEESE, em 2006, propôs e experimentou dois percursos diferentes para a Capacitação de Conselheiros. A análise destes dois percursos foi o ponto de partida para a realização de uma nova proposta, em 2007. Com a avaliação do resultado alcançado pelas atividades desenvolvidas entre 2006 e 2007 concluiu-se por manter, em 2008, a mesma estrutura de percurso e de conteúdos. O Curso de Conselheiros desenvolvido nos anos de 2006 e 2007 consiste em um curso de 160 horas, dividido em três módulos presenciais e dois trabalhos intermódulos monitorados pela coordenação. Em 2008 este curso passou a ser denominado de Nível 1, pois a partir das reflexões e discussões sobre o programa desenvolvido em 2006 e 2007, decidiu-se criar um novo curso que aprofunda as discussões realizadas, que foi denominado Nível 2. Em 2008 foi realizado um curso de Nível 1 no Estado de Pernambuco, atendendo às Comissões de Emprego de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O Nível 1 do Curso de Conselheiros está dividido em três módulos, tendo como focos: Módulo I: o sujeito da ação; Módulo II: os objetos da ação; Módulo III: o planejamento da ação futura. Estes três módulos, por sua vez, foram intercalados a trabalhos práticos, realizados nos locais de atuação de cada Comissão de Emprego, Trabalho e Renda (CETR), chamado Trabalho Intermódulos. Este formato possibilitou o aprofundamento de alguns temas, bem como a participação dos outros membros das Comissões não presentes no curso.

Como não houve alteração na proposta metodológica do Nível 1 desenvolvido em 2008, já tendo sido apresentada ao MTE em relatórios anteriores (2006 e 2007), o presente documento se atém a apresentar o percurso formativo do Nível 2 do Curso de Formação de Conselheiros.

NÍVEL 2

Foram realizados 03 cursos de Nível 2 em 2008 nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, atendendo às Comissões de Emprego dos estados e municípios do sul e sudeste. Cada Curso estruturou-se em um único módulo de 60 horas cada, sendo 40 horas presenciais e um trabalho pré-curso de 20 horas, monitorado pela coordenação.

O Nível 2 tem como principais objetivos:

- Aprofundar as discussões de alguns temas já discutidos no Nível 1;
- Introduzir novos temas pertinentes à ação dos conselheiros;
- Rever e avaliar os planos de trabalho formulados no Nível 1;
- Possibilitar uma nova reflexão sobre a institucionalidade do SPETR e atuação das Comissões;
- Proporcionar mais um espaço para encontro e troca de experiências entre os conselheiros;
- Potencializar as ações dos conselheiros em seus locais de atuação.

Alguns dos temas que foram abordados no Curso de Formação de Conselheiros – Nível 2:

- Os espaços e a atuação das Comissões de Emprego;
- Um novo olhar sobre as políticas públicas;
- A construção do SPETR;
- A atuação dos conselhos na construção de políticas públicas de saúde (SUS);
- Desenvolvimento socioeconômico sustentável;
- Diálogo entre desenvolvimento local, regional e nacional;
- Diagnóstico local para políticas públicas;
- Ações para potencializar as políticas públicas;
- SPETR e sua articulação com outros atores e políticas públicas.

A PROPOSTA METODOLÓGICA DO NÍVEL 2

Considerando os objetivos propostos pelo Projeto e analisando as opiniões expressas nas avaliações tanto dos participantes quanto dos coordenadores do Curso em 2006 e 2007, foi identificada a necessidade de ampliar a oferta de capacitação das Comissões de Emprego para outras regiões do país e, ao mesmo tempo, construir um novo curso que desse continuidade à formação realizada. Visando atender essas demandas, e aquelas apontadas nas resoluções do II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por uma capacitação continuada dos Conselheiros, o DIEESE propôs em 2008 a construção e realização de um Nível 2 do Curso de Formação de Conselheiros.

O Nível 2 do Curso de Conselheiros foi construído pelo DIEESE envolvendo os coordenadores, os docentes e demais técnicos da equipe do Departamento através de Oficinas Metodológicas. Nesse processo participativo e coletivo procurou-se primeiro avaliar as demandas dos conselheiros, levando em consideração as respostas às consultas efetuadas entre os participantes do curso nos anos anteriores - preenchidas durante o último módulo do curso de Nível 1 ou por e-mail - que buscava sugestões para uma continuidade do Curso de Conselheiros. O mesmo curso também foi avaliado sob o ponto de vista da coordenação e do corpo docente. Ainda, durante as oficinas metodológicas, foram convidados alguns conselheiros para participarem e colaborarem mais diretamente na reflexão sobre o desenvolvimento de um novo curso que dialogasse com o Nível 1, mas que trouxesse novas informações e abordagens sobre alguns temas considerados importantes pelo próprio público da atividade.

A aposta do DIEESE foi a retomada dos três eixos principais dos módulos do Nível 1 - o sujeito da ação; os objetos da ação e o planejamento da ação futura – como o ponto de partida para esse novo Curso.

Julgou-se essencial, primeiramente, voltar a debater o papel do sujeito, ou seja, dos próprios conselheiros e das Comissões de Emprego como agentes presentes e ativos no espaço de discussão, produção e implementação de políticas públicas. Esse movimento mostrou-se necessário, pois uma das solicitações mais frequentes entre os conselheiros é o aprofundamento do conhecimento sobre as atribuições e competências, assim como os limites e possibilidades de sua ação.

Outro eixo importante a ser retomado era o do planejamento da ação. Decidiu-se, então, resgatar os Planos de Trabalhos Internos realizados no Nível 1 e trabalhá-los em conjunto com o Trabalho Pré-Curso, que foi solicitado para cada Comissão como condição de inscrição no Nível 2. No Nível 1, a questão principal colocada para as

Comissões no primeiro Trabalho Intermódulos foi a discussão sobre a realidade local, sendo proposto aos participantes que olhassem primeiro para si, a Comissão - suas atribuições e competências. Depois, no segundo Trabalho Intermódulos, esse olhar foi ampliado para o campo de atuação das Comissões - o município ou o Estado e os seus diversos espaços de ação. No curso de Nível 2 a dimensão da prática e do cotidiano da Comissão foi retomada a partir da análise e discussão desses trabalhos.

A novidade proposta para este curso de Nível 2 é a compreensão de que a Comissão, sendo um ator no jogo social, está – e é importante que de fato esteja – em diálogo com outros atores sociais, sujeitos da ação. Não somente o contato entre as próprias comissões de emprego ou com as instituições ligadas ao SPETR deve ser instigada, mas também a relação com outros Conselhos – Saúde, Educação, Assistência Social, etc. Assim, pretendeu-se levar os conselheiros a verem a Comissão de Emprego como espaço de participação democrática e se entenderem como sujeitos das políticas públicas, não estando descoladas ou independentes das outras políticas sociais.

Assim, um dos desafios colocados aos participantes do Nível 2 foi fazer um diagnóstico amplo dos atores sociais em seu município e re-pensar suas ações ao planejar seus trabalhos levando em conta os demais sujeitos na localidade. Em resumo, parte das intenções da coordenação no Nível 2 era fazer com que as ações da Comissão de Emprego se articulassem com outros conselhos, entidades, órgãos ou movimentos em sua cidade para pensar o desenvolvimento local e regional de maneira mais abrangente.

Por causa, justamente, das considerações sobre a ação e os sujeitos na sociedade diversos caminhos se abriram para que fossem percorridos. Dentre as muitas possibilidades decidiu-se investir em dois grandes eixos temáticos que orientariam todos os trabalhos no Nível 2: Democracia e Desenvolvimento.

Entre os conselheiros existe uma demanda constante: discutir o papel das comissões de emprego. No Curso de Nível 1 havia espaços para a discussão de resoluções do CODEFAT, das atribuições e competências das Comissões de Emprego, do seu caráter tripartite, da importância de se planejar a ação futura. Porém, nas avaliações dos cursos e nas sugestões emergidas na consulta aos conselheiros surgia constantemente o pedido de se aprofundar o papel das Comissões, mas num sentido mais amplo do que o abordado no Curso – Nível 1. Questões como a diferença entre comissão e conselho, a relação das Comissões de Emprego com outros conselhos, a institucionalidade do SPETR apareceram como novas demandas para os técnicos do DIEESE e um novo desafio a ser superado.

Assim, foi proposto o aprofundamento dessas questões, tendo como fio condutor o tema da Democracia. Retomando as aulas sobre Sociedade, Estado e Políticas Públicas dadas no Módulo I do Nível 1 do Curso de Conselheiros voltou-se a discutir o papel dos Conselhos na sociedade brasileira como ferramenta essencial de consolidação de direitos e de efetiva participação da sociedade nas decisões públicas, tanto na gestão e proposta de políticas como na sua fiscalização. Para isso é crucial rediscutir o que é democracia, como ela funciona no Brasil, seus limites e possibilidades. A reflexão sobre a relação entre a democracia representativa e a democracia participativa possibilitou que pudéssemos avançar em direção à uma melhor compreensão do papel dos conselhos/comissões na sociedade brasileira.

Para exemplificar a importância da organização da sociedade em conselhos de gestão de políticas públicas foi convidado para expor durante o curso representantes do Conselho de Saúde local que dividiu com os participantes presentes sua experiência como conselheiro e reconstruiu a história das políticas de saúde no país e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Coube aos docentes do DIEESE debater com os conselheiros de emprego as relações entre as Comissões de Emprego e os Conselhos de Saúde, assim como entre a estruturação do SPETR e do SUS. A partir dessa atividade com um convidado a coordenação pôde rediscutir o SPETR, sua institucionalidade e sua história, inserindo-o num cenário mais amplo de democratização e participação da sociedade em diversos setores da vida pública.

Esses dois temas associados – democracia e conselhos – possibilitaram que os conselheiros refletissem sobre o lugar e o papel dos conselhos/comissões na construção da democracia brasileira, como sujeitos políticos que percebem a complexidade do seu campo de atuação, assim como os interesses e forças em disputa.

Outro eixo, considerado essencial para realização de uma boa capacitação dos conselheiros, foi a discussão sobre Desenvolvimento.

Para tal, iniciou-se a discussão sobre desenvolvimento a partir de alguns Planos Nacionais de Desenvolvimento aplicados em diferentes momentos da história do país, quando os conselheiros puderam problematizar o conteúdo e as intenções nesses projetos para, em seguida, ampliar sua visão sobre o tema. Assim, os conselheiros, em conjunto com a coordenação, realizaram uma análise crítica desses planos de desenvolvimento. Esse exercício possibilitou que o processo de desenvolvimento fosse compreendido muito além do crescimento econômico, senso comum entre as pessoas, explicitando suas várias dimensões: social, econômica, político-institucional e ambiental. Desta forma, foi possível apontar diretrizes para um plano de

desenvolvimento com distribuição de renda e redução das desigualdades sociais. As dimensões territoriais do desenvolvimento – nacional, regional e local também foram tema de reflexão, já que se tem a impressão de que a atuação dos sujeitos nas políticas públicas muitas vezes se mantém num âmbito local, sendo que, em geral, ela perpassa por estes diferentes espaços.

E, finalmente, juntando os dois principais eixos do curso – democracia e desenvolvimento – os participantes são provocados a re-olhar para suas Comissões e para seu município e re-pensar ações em conjunto com os outros atores em cena para construção de um desenvolvimento, baseado em novas premissas, mais democráticas e inclusivas. Para isso a coordenação propõe aos conselheiros realizar diagnósticos que considerem, para além do mercado de trabalho, a educação, a habitação, a saúde, a cultura, assim como, a partir do referido diagnóstico, pensar ações e a forma como a comissão de emprego se relaciona com os outros atores, buscando o pleno desenvolvimento econômico, político e social da região.

Vale ainda ressaltar que a atual proposta de percurso do Nível 2 não pretende ser um roteiro rígido, que deve ser executado exatamente igual em cada um dos locais onde o curso é desenvolvido. Ao contrário, cada coordenação teve o percurso - que será apresentado de forma detalhada na Parte II deste relatório - como uma orientação e referência. No desenvolvimento prático, a coordenação precisou considerar, necessariamente, o contexto grupal, a dinâmica própria estabelecida pelos participantes, as questões regionais e o conhecimento produzido pelo conjunto do grupo, aí incluídos os professores e coordenação. Portanto, a mesma trajetória possibilitou caminhos diferentes.

5. Corpo docente

O corpo docente do Curso para Conselheiros de Comissões de Emprego foi formado, em sua grande maioria, por técnicos do DIEESE especialistas nos temas do curso, e ainda por professores universitários convidados, por servidores públicos do MTE e por membros/idealizadores de outros Conselhos.

As pessoas convidadas para ministrar o curso representam o conjunto de especialistas necessário para o bom desenvolvimento do programa e foram especialmente capacitadas para esta tarefa, dada a natureza tripartite dos participantes, ou seja, organizados por bancada.

A seguir o mini currículo de cada membro do corpo docente.

NÍVEL 1

Turma: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte

- Ana Dubeux – Doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco;
- André Luz Negromonte – Graduado em Direito, com pós-graduação e especialização em Direito do Trabalho e Fiscalização, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Pernambuco – SRTE/PE;
- Arioneide Belém da Silva – Administradora, Técnica da Gerência de Políticas Sociais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/PE;
- Crystiane Leandro Peres – Cientista Social, Técnica do Observatório do Trabalho de Diadema do DIEESE;
- Fernanda Palitot Teixeira – Graduada em Turismo e Hotelaria, Técnica da Gerência de Políticas Sociais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/PE;
- Flávio Valdez – Economista, Mestrando em Desenvolvimento Local, Analista e Gestor de Projetos do SEBRAE/PE;
- Francisco José Couceiro de Oliveira – Economista, Coordenador de Pesquisas do DIEESE;
- Jackeline Natal – Economista, Supervisora do Escritório Regional do DIEESE de Pernambuco;
- Maria Cristina Aureliano – Engenheira Agrônoma, Coordenadora de Projetos da ONG Sabiá – Centro de Desenvolvimento Agroecológico;

- Maria das Graças de Oliveira – Cientista Social com Especialização em Educação Não-Formal, Diretora de Formação Política Sindical do Sindicato dos Servidores Públicos Federais PE, Diretora Sindical do DIEESE de Pernambuco;
- Maurivan Adriano Tenório – Licenciatura em História, Técnico da Gerência de Políticas Sociais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/PE;
- Melquisedec Moreira da Silva – Cientista Social, Supervisor dos Escritórios Regionais do DIEESE da Paraíba e do Rio Grande do Norte;
- Milena Prado – Mestre em Economia, Analista da PED-RMR / DIEESE em Pernambuco;
- Rodrigo Rosa da Silva – Cientista Social, Mestre em História Social, Técnico do Escritório Nacional do DIEESE;
- Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça – Economista, Técnico do Escritório Nacional do DIEESE;
- Solange de Souza Bastos – Cientista Social, com especialização em Coordenação de Grupos e Análise Institucional, consultora do DIEESE;
- Suzanna Sochaczewski – Doutora em Sociologia, Técnica do Escritório Nacional do DIEESE;
- Vera Lúcia Amorim Jatobá – Graduada em Direito, Auditora Fiscal do Trabalho, Gestora de Políticas Sociais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/PE.

NÍVEL 2

Turma 2: São Paulo

- Ana Cláudia Moreira Cardoso – Doutora em Sociologia, Técnica do Escritório Nacional do DIEESE;
- Crystiane Leandro Peres – Cientista Social, Técnica do Observatório do Trabalho de Diadema do DIEESE.
- David Braga Jr. - Médico especialista em saúde do trabalhador, ex-diretor do HSPE, ex-secretário de saúde de Indaiatuba;
- Tadeu Moraes de Sousa – Administrador de Empresas, 1º Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Paulo, Mogi e Região, Secretário Executivo do DIEESE.

- José Inácio Ferreira Junior - Graduando em Gestão de Políticas Públicas, Auxiliar Técnico do Escritório Nacional do DIEESE;
- Rodrigo Rosa da Silva – Cientista Social, Mestre em História Social, Técnico do Escritório Nacional do DIEESE;
- Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça – Economista, Técnico do Escritório Nacional do DIEESE;
- Solange de Souza Bastos – Cientista Social, com especialização em Coordenação de Grupos e Análise Institucional, consultora do DIEESE;
- Suzanna Sochaczewski – Doutora em Sociologia, Técnica do Escritório Nacional do DIEESE.

Turma: Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

- Carlos Jardel de Souza Leal – Economista, Técnico do Escritório Regional do DIEESE no Rio de Janeiro;
- Regina Coeli Moreira Camargos – Economista, Doutora em Ciências Humanas: Sociologia e Política, Técnica do Escritório Regional do DIEESE em Minas Gerais;
- Tulio Zulatto – Médico do Trabalho, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

Turma: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

- Cássio Calvete – Economista, Doutor em Economia Aplicada e Técnico do Escritório Regional do DIEESE em Porto Alegre;
- Clarete David – Assistente Social, sanitarista, mestre em sociologia e docente da Escola de Saúde Pública e Serviço Social IPA;
- Ecléia Conforto – Economista, Mestre em Economia e Técnica do DIEESE na subseção da FETEE-SUL.

6. O material didático

O Curso para Conselheiros de Comissões de Emprego foi concebido para:

- a) um aprendizado teórico com material didático correspondente;
- b) um aprendizado relativo a pesquisas de mercado de trabalho com referências bibliográficas próprias e;
- c) um aprendizado específico do SPETR que requer um terceiro tipo de material didático.

Os três conjuntos representaram uma quantidade importante de leituras e referências que demandaram um tratamento especial no que diz respeito tanto a sua produção como sua distribuição e organização.

Foi necessária a pesquisa e a produção de novos materiais didáticos para a realização Nível 2 do Curso de Conselheiros, seguindo a mesma concepção dos anos anteriores.

Assim, os seguintes procedimentos foram mantidos quanto ao material didático do curso em 2008:

- Para cada etapa do curso, foi definido um material específico detalhado na descrição dos módulos a seguir neste caderno;
- Quanto à produção de material, aquele já existente foi reavaliado e utilizado em sua versão original ou refeito para fins específicos do curso;
- Uma outra parte do material didático foi especialmente produzida para o curso;
- Quanto à distribuição, o material foi sendo entregue aos conselheiros de forma parcelada de acordo com o tema discutido;
- Finalmente, cada conselheiro recebeu um fichário com folhas em branco para anotações e espaço para o material distribuído já preparado para sua inserção;
- Cada conselheiro foi instruído a organizar suas anotações e o material didático recebido de acordo com sua trajetória de aprendizado.

7. Perspectivas para a continuidade do Programa de Formação

O balanço geral do Programa de Formação de Conselheiros sobre Sistema Público de Emprego, realizado em 2008, indica que, após três anos de experiência, o DIEESE já acumulou um grande conhecimento em mais este espaço de atuação. Por isso, o DIEESE tem uma proposta elaborada de um curso, estruturado em dois níveis, para a formação dos atores sociais na discussão, elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas, em espaços tripartites.

Por outro lado, em função da concepção de educação do DIEESE, não se pode dizer que este curso esteja totalmente acabado. Isto porque, tanto o contexto está em constante mudança, demandando a pesquisa e a discussão de novos temas, como cada grupo a ser formado terá as suas especificidades, isto é, suas possibilidades e necessidades de troca e produção de conhecimentos diferentes. Com isso, cada momento e cada grupo demandam que o curso seja parcialmente repensado e readaptado.

Finalmente, as experiências vivenciadas evidenciam duas necessidades ao se pensar o futuro: que mais Comissões tenham acesso a este espaço de troca e produção de conhecimento e também que se possa aprofundar a discussão em torno de algumas questões-chave.

Tais objetivos seriam alcançados pela continuidade dos cursos que já vêm sendo realizado.

PARTE II – DETALHAMENTO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM 2008

A seguir, é apresentado o roteiro detalhado o Programa de Formação de Conselheiros sobre Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, desenvolvido em 2008. Serão detalhadas tanto as atividades desenvolvidas no curso, como os trabalhos realizados previamente pelas comissões (Trabalhos Pré-curso). Esta apresentação tem o intuito, principalmente, de disponibilizar um conjunto de propostas de roteiros de aulas que podem ser utilizadas como referência ao se discutir conteúdos relacionados ao SPETR em espaços tripartites.

GRADE NÍVEL II

	Dia 30/06 - Segunda	Dia 01/07- Terça	Dia 02/07 - Quarta	Dia 03/07 - Quinta	Dia 04/07 - Sexta
Manhã 8:30	* Credenciamento * Abertura * Apresentação das Comissões * Café	* Debate sobre o filme * Democracia, participação e políticas públicas (cont.)	* Desenvolvimento socioeconômico * Café * (continuação)	* As resoluções 466 e 560 do CODEFAT e o SPETR * Café * (continuação)	* Diagnósticos locais e diretrizes para a atuação das Comissões de ETR * Café * Avaliação do curso
12:30	* (continuação)	* Café * (continuação)			
Tarde 14:30	* Democracia, participação e políticas públicas * Café * Filme: "Quando tudo começa"	* A experiência das Comissões de Saúde do SUS * Café * (continuação)	* Desenvolvimento socioeconômico local e regional sustentável * Café	* Diagnósticos locais e diretrizes para a atuação das Comissões de ETR * Café * (continuação)	* Certificação e Encerramento
18:30					

DIA 1**ABERTURA DO CURSO****8:30 - Abertura do Programa de Formação de Conselheiros***Objetivos:*

- Apresentar o Programa de Formação a partir da demanda do MTE;
- Apresentar o Nível 2 do Curso de Conselheiros;
- Apresentar os participantes;
- Fazer os “combinados” de convivência.

Intenção: Deixar os Conselheiros à vontade, familiarizados com o que o curso oferece, o entorno e as regras de convivência.

Desenvolvimento

- Momento 1: Mesa de abertura ou “aula inaugural”;
- Momento 2: Apresentação dos participantes;
- Momento 3: Apresentação das Comissões;
- Momento 4: Discussão dos “combinados”;
- Momento 5: Apresentação do Nível 2 e retomada do Nível.

Momento 1: Mesa de abertura

- Representante do MTE/DRT;
- Membro da direção do DIEESE;
- Coordenação da turma.

A mesa de abertura ou “aula inaugural” incluiu em seus comentários os seguintes pontos sobre o curso:

A) Este programa de qualificação social é financiado com recursos públicos. Por isso, deve ter como referência os seguintes procedimentos já apresentados:

- Transparência de conteúdo e desenvolvimento;
- Cumprimento de prazos, datas, horários e perfil de participante;
- Cumprimento de regras de frequência e regras para a certificação;
- Preenchimento de formulários obrigatórios;
- Utilização plena e correta dos recursos disponíveis.

B) Este programa de qualificação social tem importância estratégica e representa uma rara oportunidade pelos seguintes motivos:

- É resultado do II Congresso Tripartite do SPETR e atende a suas resoluções e demandas;
- É passo essencial para a implementação do “novo” SPETR;
- É capacitação necessária para que as Comissões ou Conselhos de emprego retomem sua função deliberativa explicitada nas resoluções do II Congresso e para que os Conselheiros exercitem seu papel de representantes dos atores sociais que compõem este espaço na estrutura da Política Pública de ETR.

C) Apresentar o Nível 2 como a continuidade da formação realizada em 2006 e 2007 pelo DIEESE. Acreditando na necessidade de capacitar permanentemente os membros das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e atendendo às demandas do II Congresso Nacional de Emprego, Trabalho e Renda, o Nível 2 terá como principais objetivos:

- Aprofundar as discussões de alguns temas já discutidos no Nível 1;
- Introduzir novos temas pertinentes à ação dos conselheiros;
- Rever e avaliar os planos de trabalho formulados no Nível 1;
- Possibilitar uma nova reflexão sobre a institucionalidade do SPETR e atuação das Comissões;
- Proporcionar mais um espaço para encontro e troca de experiências entre os conselheiros;
- Potencializar as ações dos conselheiros em seus locais de atuação.

A natureza do espaço tripartite deste programa de qualificação social:

- Propicia que sua heterogeneidade possa ser vivida como enriquecedora e não como impeditiva para o desenvolvimento do processo de aprendizagem;
- Prioriza um espaço de formação e não de disputa, embora seja preparatório para a disputa;
- Faz com que o formato de imersão leve a atividades de lazer que contribuem para o melhor conhecimento e entrosamento dos membros das Comissões ou Conselhos.

D) A concepção de educação do DIEESE, já apresentada, e a metodologia que se desenvolve como consequência têm como fundamentos:

- Sujeitos do conhecimento (alunos, aprendentes ou participantes) ativos e com conhecimento prévio (repertório);
- Formação para a ação fundamentada pela discussão teórica;
- Exercícios como “meios” para o processo de aprendizagem sob a forma de debates, aulas dialogadas, encenações, filmes, trabalhos em grupo, pesquisa e outras modalidades de atividades formativas.

E) Apresentação do PNQ e do Programa de Formação de Conselheiros como qualificação social:

- Histórico sucinto do PNQ;
- O que é qualificação social;
- A formação para representantes de atores sociais (Conselheiros).

Momento 2: Apresentação dos participantes

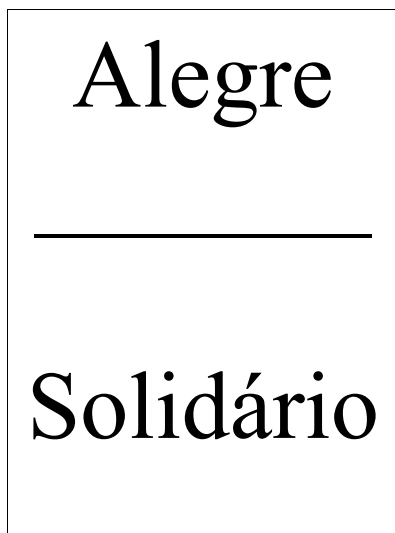
- Cada um preenche uma tarjeta escrevendo seu nome (grande) sua bancada e sua comissão (menores). Levanta-se, apresenta-se à turma e cola no quadro ou na parede disponível.

Modelo:

<p>FULANO Bancada / Comissão</p>

- Em seguida, pede-se que cada um escreva numa folha de sulfite (com pincel atômico) duas de suas características (uma pessoal e outra profissional) e cole no peito com fita crepe, como se fosse um babador.

Exemplo:



- A coordenação solicita que os participantes agrupem-se por características, procurando as pessoas que eles julgam terem as mesmas qualidades/defeitos.
- Feitos os grupinhos a coordenação vai até cada um e pergunta:
 - ✓ O que esse grupo espera do curso? O que vieram fazer aqui?

Material do Formador e dos participantes

- Tarjetas, papéis sulfite e pincéis atômicos.

Momento 3: Apresentação das Comissões (Cardápio)

Neste momento pretende-se:

- Iniciar o processo de construção da identidade das Comissões;
- Introduzir os temas centrais do curso.

Exercício

- A coordenação pede que os conselheiros se agrupem por comissão e que respondam à seguinte pergunta:
 - ✓ Se sua comissão fosse um restaurante qual seria o cardápio? Por quê?
- As respostas devem ser apresentadas em plenária e agrupadas numa cartolina ou flip chart para construção do “menu” do curso.
- As respostas podem ser debatidas pela coordenação.

Material do Formador e material para os Conselheiros

- Flip chart, cartolina ou papel kraft.

Momento 4: Os “combinados”

Apresentação das regras do programa, do Hotel e os “combinados” para a convivência.

Material do Formador e material para os Conselheiros

- Relação das regras e dos “combinados”

Momento 5: Apresentação do Nível 2 e Retomada do Nível 1

- Nesse momento a coordenação apresenta o Nível 2, entrega a grade do curso e inicia uma retomada do Nível 1 numa aula dialogada com a turma.
- Sobre Nível 2 é bom lembrar que:
 - ✓ Ele foi construído através de um longo processo que envolveu a consulta aos participantes do curso em 2006 (por e-mail) e 2007 (preenchimento de grade de sugestões), a conversa com alguns conselheiros, debates e palestras, oficina interna de preparação e muitas horas de trabalho;
 - ✓ A idéia e a importância da realização do Trabalho Pré-Curso, pois ele é parte do curso, na medida em que ocupa parte da carga horária total, sendo um diagnóstico do município/estado que será utilizado ao longo do curso.
- Sobre o Nível 1 é necessário lembrar:
 - ✓ Temática de cada módulo do Nível 1 e papel dos intermódulos;
 - ✓ Quais discussões foram feitas no Nível 1;
 - ✓ Quais as impressões dos conselheiros sobre o Nível 1.

Material do Formador e material para os Conselheiros

- Grade do Nível 2;
- Pasta fichário para anotações e para a organização do material entregue aos participantes.

10:30 – Café

OS ESPAÇOS E A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES DE EMPREGO

Objetivos:

- Conhecer como as comissões têm atuado na sua localidade, que espaços ocupam com essa atuação e com quais atores se relacionam;
- Avaliar a evolução do trabalho das comissões que já participaram do curso do SUB 7.

Intenções:

- Que os conselheiros iniciem o curso a partir da reflexão de suas realidades, apontando novas questões a serem discutidas;
- Elencar os obstáculos, as dificuldades e fragilidades na atuação das comissões;
- Propor às comissões a reflexão sobre os rumos recentes de sua atuação.

Desenvolvimento

10:45 - Momento 1: Olhar para a Comissão

- Divide-se a turma em no máximo 4 grupos (aproximando as comissões de uma mesma região).
- A coordenação solicita que cada grupo leia e reflita sobre as questões do Trabalho Pré-Curso (com exceção da questão 5) e que, em 20 minutos, socializem as respostas de cada comissão no grupo e sistematizem num flip chart uma resposta comum (para todo o grupo) das questões 2, 3 e 4 do Trabalho Pré-Curso.

Questões do Trabalho Pré-curso a serem trabalhadas neste momento:

- 1) Qual é o espaço ocupado pela Comissão de Emprego no seu município (no caso de Comissões Municipais) ou estado (no caso de Comissão Estadual)?
 - 2) A atuação da sua Comissão tem sido respaldada pelas entidades e órgãos que representam as bancadas – empresários, trabalhadores e governo? Por quê?
 - 3) Quais são as ações necessárias para melhorar a atuação da sua comissão?
- Além disso, cada grupo deve responder em tarjetas, após a discussão dos trabalhos, a seguinte pergunta:
 - ✓ Quais os maiores obstáculos, entraves e dificuldades para a atuação da comissão?

- A coordenação recebe as tarjetas e organiza num quadro ou numa parede, agrupando as repostas por semelhança ou temática.

Material do Formador e material para os Conselheiros

- Flip chart, cartolina ou papel kraft;
- Pincéis atômicos;
- As questões do trabalho Pré-Curso;
- Trabalho Pré-Curso de cada Comissão inscrita.

TRABALHO PRÉ-CURSO - NÍVEL 2**Introdução**

Este é um roteiro de questões que deverão ser respondidas pelos conselheiros inscritos no Nível 2 do Curso de Conselheiros e apresentadas as respostas na manhã do primeiro dia do curso.

QUESTÕES

Quais foram/são as ações mais importantes recentemente implementadas pela sua Comissão?

Quais foram os resultados alcançados?

Qual é o espaço ocupado pela Comissão de Emprego no seu município (no caso de Comissões Municipais) ou estado (no caso de Comissão Estadual)?

A atuação da sua Comissão tem sido respaldada pelas entidades e órgãos que representam as bancadas – empresários, trabalhadores e governo? Por quê?

Quais são as ações necessárias para melhorar a atuação da sua comissão?

Em função dos trabalhos que serão realizados durante o curso, é necessário que cada comissão traga dados, preferencialmente dos últimos 5 anos, a respeito do desenvolvimento socioeconômico do seu município (no caso de Comissões Municipais) ou do seu estado (no caso de Comissão Estadual), abrangendo os seguintes temas:

- Habitação;
- Emprego;
- Transporte;
- Saúde;
- Educação;
- Cultura.

Sugestão de fontes para pesquisas de dados municipais:

Sites:

<http://www.muninet.org.br>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

<http://www.cnm.org.br>

<http://www.portalmunicipal.com.br>

<http://www.municipionline.com.br>

<http://www.ibam.org.br>

<http://www.cidades.gov.br>

<http://www.abm.org.br>

<http://www5.prossiga.br/basesdedados/asp/saidacat.asp?cod=43&id=port>

<http://www.seade.gov.br> (para São Paulo)

<http://www.apaulista.org.br>

<http://www.siapnet.tce.gov.br>

<http://www.transparencia.org.br>

12:30 – 14:30 - Almoço

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivos:

- Iniciar uma discussão sobre o papel das Comissões de emprego na ampliação dos espaços de participação política da sociedade civil, tendo em vista o processo recente de construção da democracia no Brasil;
- Discutir as formas por meio das quais o Estado implementa políticas públicas, enfatizando os mecanismos que envolvem a participação da sociedade na definição e implementação dessas políticas;
- Rediscutir a papel dos sujeitos da ação (políticas públicas), com foco nos conselhos e seu histórico;
- Retomar o objeto da ação (políticas públicas) das comissões, aprofundando a reflexão e ampliando o campo de visão dos participantes sobre o tema.

Intenções:

- Que os conselheiros reflitam sobre o lugar e o papel dos conselhos/comissões na construção da democracia brasileira;
- Que os participantes compreendam os espaços da comissão de emprego não apenas como “gestores” das PPETR, mas também como sujeitos políticos na construção da democracia no Brasil;
- Que os conselheiros percebam a complexidade do seu campo de atuação, assim como os interesses e forças em disputa.

Desenvolvimento

- Momento 1: Os conselhos e a participação política na Democracia;
- Momento 2: Filme “Quando tudo começa”

14:30 - Momento 1: Os conselhos e a participação política na Democracia

- A Coordenação inicia a atividade retomando os principais conceitos abordados no Nível 1 (em especial as aulas sobre Estado, sociedade, relações entre Estado e sociedade, interesses, necessidades, conflito).
- A partir da discussão sobre políticas públicas, introduzir o tema da próxima atividade, qual seja, o lugar e o papel das comissões/conselhos na implementação das políticas públicas e na construção de espaços de participação democrática.

Exercício

Divide-se a turma em 3 grupos mistos (X, Y, Z) e é proposta a leitura e análise de três trechos de textos selecionados, contendo diferentes visões, concepções e valores acerca do Estado, da participação política e da representação da sociedade na estrutura estatal através, em especial, dos conselhos/comissões, conferências e em fóruns que discutem, propõem, avaliam e/ou implementam políticas públicas.

A coordenação solicita que cada grupo faça a leitura e a discussão do texto respondendo às duas questões:

- Apresente o conteúdo, sucintamente, do texto, explicitando quais as idéias centrais do(a) autor(a)?
- Com o que vocês concordam? Do que discordam?

Os grupos sistematizam as respostas em um cartaz ou flip chart e apresentam em plenária os resultados.

- A coordenação sistematiza os resultados, dialogando com os trabalhos apresentados pelos grupos.
- Inicia-se uma aula dialogada, tendo como ponto de partida o levantamento dos temas discutidos no Nível 1 e o resultado dos trabalhos em grupo. Alguns tópicos são muito importantes serem abordados:
 - ✓ Sociedade, atores, pressão social, organização;
 - ✓ Novos atores políticos e a Constituição de 1988;
 - ✓ Conselhos, conferências e fóruns;
 - ✓ Debate sobre “democracia participativa”;
 - ✓ Controle social das políticas públicas;

- Podem-se abordar alguns dos seguintes tópicos:

- ✓ Participação nas políticas sociais X não participação na política econômica
- ✓ Estado X governo;
- ✓ Crise da democracia representativa;
- ✓ Representação política;
- ✓ Público X Privado;
- ✓ Consulta/“escuta” X deliberação/decisão;
- ✓ Plebiscito e referendos;
- ✓ Descentralização das políticas;
- ✓ Clientelismo e paternalismo.

16:30 – Café**16:45 – Continuação****17:00 - Momento 2: Filme “ Quando tudo começa”**

- Exibição do filme que será discutido no dia seguinte como introdução à discussão sobre as políticas públicas;
- Resenhas sobre o filme:
 - ✓ <http://www.geocities.com/contracampo/cacomenceaujourd'hui.html>
 - ✓ <http://www.terra.com.br/cinema/drama/comeca.htm>

18:45 – Encerramento**18:45 – Reunião da Coordenação****Material do Formador**

- ARENDT, Hannah. Crises da República, São Paulo, Perspectiva, 1999
- ARENDT, Hannah. A condição humana, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981
- BAVA, Sílvio Caccia. “A construção democrática e o futuro”, in: Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 2, No. 7, Fev. 2008, pgs. 4-5
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Verbetes: Democracia e Participação Política, Brasília: Ed. UnB/Imprensa Oficial, 5ª edição, 2003

- TEIXEIRA, Ana Cláudia. “Até onde vai a participação cidadã?”, in: Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 2, No. 7, Fev. 2008, pgs. 6-7
- Três trechos de textos: Ana Cláudia Teixeira, Hannah Arendt e Noam Chomsky.

Material para os Conselheiros

- ARENDT, Hannah. “Reflexões sobre política e revolução: um comentário”, in: Crises da República, São Paulo, Perspectiva, 1999
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Verbetes: Democracia e Participação Política, Brasília: Ed. UnB/Imprensa Oficial, 5ª edição, 2003
- TEIXEIRA, Ana Cláudia. “Até onde vai a participação cidadã?”, in: Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 2, No. 7, Fev. 2008, pgs. 6-7
- Três trechos de textos: Ana Cláudia Teixeira, Hannah Arendt e Noam Chomsky.

TRECHOS SELECIONADOS:

GRUPO X

“Desde o início dos anos 1990 até o presente momento, tem sido possível observar a emergência de diferentes atores, portadores de diferentes projetos políticos, que enfatizam a participação como algo essencial.

Entre eles, há os que pensam em um Estado mais enxuto, com as organizações da sociedade civil substituindo as instâncias estatais no exercício de várias funções; ou ainda defensores de propostas que reforçam apenas o caráter fiscalizatório, e quase policialesco, da sociedade civil, com o intuito propalado de coibir a corrupção nos poderes públicos. O resultado é uma confluência perversa, em que atores com interesses contraditórios, e projetos políticos até antagônicos, defendem a participação dos cidadãos.” (...)

“O respeito ao conselho como instância deliberativa depende fortemente da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade civil. Se partirmos do pressuposto de que a criação de mecanismos participativos não substitui as instituições da democracia representativa, mas complementa-as, o desafio parece ser como promover uma nova arquitetura institucional, na qual o sistema representativo possa ser fortalecido e tencionado pela inclusão de mecanismos de participação cidadã.” (...)

“No Brasil, embora várias instâncias participativas, como os conselhos de políticas públicas, tenham sido definidas como peças-chaves do processo de descentralização das políticas – principalmente das políticas sociais -, elas não encontraram seu lugar na

estrutura do Estado. Resultado disso, podem constituir-se, em muitos casos, como institucionalidade paralela, com pouco ou nenhum efeito democratizante sobre as instituições estatais.” (...)

“Ao invés da complementaridade entre instituições participativas e representativas parece muito mais adequada a afirmação de uma combinação subordinada. Ou seja, a democracia brasileira, ao mesmo tempo em que inaugura uma ampla variedade de interfaces governo/sociedade, não os inclui como elementos de uma renovada arquitetura institucional, capaz de oferecer caminhos novos e alternativos à reforma democrática do Estado e à governabilidade.

A impressão é que as experiências participativas no Brasil, mundialmente reconhecidas, “correm por fora”, ficando na periferia do sistema, afetando pontualmente uma ou outra política setorial, a depender da vontade política dos governos e/ou do poder de pressão da sociedade organizada.”

GRUPO Y

“Esta nova forma de governo é o sistema de conselho, que, como sabemos, pereceu em todo lugar e em toda época, destruído diretamente pela burocracia dos estados-nações ou pelas máquinas dos partidos. Se este sistema é uma pura utopia – de qualquer modo uma utopia do povo, não a utopia de teóricos e ideólogos – eu não posso dizer. Parece-me, no entanto, a única alternativa que já apareceu na história, e que tem reaparecido repetidas vezes. Organização espontânea de sistemas de conselho ocorreu em todas as revoluções: na revolução Francesa, com Jefferson na revolução Americana, na Comuna de Paris, nas revoluções russas, no despertar das revoluções na Alemanha e Áustria, no fim da Primeira Guerra Mundial e finalmente na revolução Húngara. E mais, estes sistemas de conselho nunca apareceram como resultado de uma tradição ou teoria revolucionária consciente, mas de um modo totalmente espontâneo; cada vez como se nunca tivesse havido nada semelhante antes. Assim, o sistema de conselho parece corresponder e brotar da própria experiência da ação política.” (...)

“(…) conselhos de vizinhança, conselhos profissionais, conselhos dentro das fábricas, conjuntos residenciais, e assim por diante. Há na verdade, conselhos dos mais variados tipos, não somente conselhos de trabalhadores; estes são um caso especial neste campo. Os conselhos dizem: Queremos participar, queremos debater, queremos que nossas vozes sejam ouvidas em público, e queremos ter uma possibilidade de determinar o curso político de nosso país. Já que o país é grande demais para que todos nós nos unamos para determinar nosso destino, precisamos de um certo número de espaços

públicos dentro dele. As cabines em que depositamos as cédulas são, sem sombra de dúvida, muito pequenas, pois só têm lugar para um. Os partidos são completamente impróprios; lá somos, quase todos nós, nada mais que o eleitorado manipulado. Mas se apenas dez de nós estivermos sentados em volta de uma mesa, cada um expressando sua opinião, cada um ouvindo a opinião dos outros, então uma transformação racional de opinião pode ter lugar através da troca de opiniões. Lá também ficará claro qual de nós é o melhor indicado para apresentar nossos pontos de vista diante do conselho mais alto seguinte, onde nossos pontos de vista serão esclarecidos pela influencia de outros pontos de vista, revisados, ou seus erros demonstrados.” (...)

Nesta direção eu vejo a possibilidade de se formar um novo conceito de estado. Um estado-conselho deste tipo, para o qual o princípio de soberania fosse totalmente discrepante, seria admiravelmente ajustado às mais diversas espécies de federações, especialmente porque nele o poder seria constituído horizontalmente e não verticalmente. Mas se você me perguntar que probabilidade existe de ele ser realizado, então devo dizer: Muito pouca, se tanto.”

GRUPO Z

“Quando a democracia tiver se alargado ao ponto em que os cidadãos controlem os meios de produção e de troca e participem no funcionamento e na direção do conjunto em que vivem, então o Estado poderá, pouco a pouco, desaparecer. Ele será substituído por associações voluntárias sediadas nos locais de trabalho e de moradia.”

“A desobediência civil implica um desafio direto a isso que o Estado reivindica, erradamente em minha opinião, ser a lei. (...) Conduzir uma ação que impeça o Estado de cometer crimes é completamente justo, assim como violar o código de trânsito para impedir um homicídio. Se eu ultrapasso um sinal vermelho para impedir que um grupo de pessoas seja metralhado, não há um ato ilegal, mas de assistência a pessoas em perigo. Nenhum juiz em sã consciência me incriminaria.” (...)

“(...) as pessoas não necessariamente autorizam o estado a definir o que é legal. Agora, o estado tem o poder de forçar uma certa concepção do que é legal, mas poder não implica em justiça ou ainda em correção; então o estado pode definir alguma coisa como desobediência civil e pode estar errado ao fazer isso. Por exemplo, nos Estados Unidos o estado declara como desobediência civil, vamos dizer, descarrilar um trem de munição que está indo ao Vietnã; e o estado está errando em definir isso como desobediência civil, porque é legal e correto e deveria acabar.”

“(…) eu gostaria de colocar o ponto de vista que é dado pela Suprema Corte Americana e provavelmente outras cortes em tais circunstâncias; que é tentar situar o acontecimento nos limites mais específicos possíveis. Eu achava que ultimamente faria muito bom senso, em muitos casos, acionar as instituições legais de uma dada sociedade, se dessa forma você estivesse golpeando as origens do poder e opressão naquela sociedade. Entretanto, há grande número de leis representando certos valores humanos, os quais são valores humanos decentes; e tais leis, corretamente interpretadas, permitem que você possa desobedecer os comandos estatais.”

DIA 2

8:30 – Retomada do dia anterior

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS (Continuação)

Objetivos:

- Iniciar uma discussão sobre o papel das Comissões de emprego na ampliação dos espaços de participação política da sociedade civil, tendo em vista o processo recente de construção da democracia no Brasil;
- Discutir as formas por meio das quais o Estado implementa políticas públicas, enfatizando os mecanismos que envolvem a participação da sociedade na definição e implementação dessas políticas;
- Retomar o objeto da ação (políticas públicas) das comissões, aprofundando a reflexão e ampliando o campo de visão dos participantes sobre o tema.

Intenções:

- Que os conselheiros reflitam sobre o lugar e o papel dos conselhos/comissões na construção da democracia brasileira;
- Que os participantes compreendam os espaços da comissão de emprego não apenas como “gestores” das PPETR, mas também como sujeitos políticos na construção da democracia no Brasil;
- Que os conselheiros percebam a complexidade do seu campo de atuação, assim como os interesses e forças em disputa.

Desenvolvimento

- Momento 1: Debate sobre o filme “Quando Tudo Começa”;

- Momento 2: Um novo olhar sobre as políticas públicas.

9:00 - Momento 1: Debate sobre o filme “Quando Tudo Começa”

- Convidar os participantes a comentarem o filme, a partir de algumas perguntas, que podem estimular a discussão:
 - ✓ O que sentiram ao assisti-lo?
 - ✓ Quais questões ele levanta?
 - ✓ Como o filme trata as políticas públicas? E as pessoas?
- Sistematizar o que aparecer nesse momento e estabelecer relações com os trabalhos do dia anterior (leitura e discussão dos três trechos – Momento 1 do Dia 1) através de uma aula dialogada.

Partindo da reflexão do filme construir junto com os participantes um panorama da discussão sobre políticas públicas (no Brasil e no mundo, em especial o caso francês mostrado no filme), resgatando também o que foi discutido nas aulas sobre sociedade, estado e políticas públicas no Nível 1;

10:30 – Café**11:00 - Momento 2: Um novo olhar sobre as políticas públicas**

- A coordenação, em plenária, coloca a seguinte questão:
 - ✓ Como as comissões de empregos se inserem nessa discussão sobre políticas públicas?
- A coordenação anota e realiza uma discussão dos resultados apresentados.
- Em seguida, inicia uma aula dialogada para aprofundar o tema “Políticas Públicas”, frisando os seguintes aspectos:
 - ✓ Público x privado;
 - ✓ Atores sociais e demandas;
 - ✓ Interesses, conflitos, visões e disputas (vale relembrar o Jogo dos Canudos e a discussão sobre sociedade);
 - ✓ Conceito teórico de políticas públicas;
 - ✓ Tipos de políticas públicas: regulatórias, compensatórias e distributivas;
 - ✓ Distinção entre políticas de Estado e políticas de governo;
 - ✓ A concepção de Estado como um elemento determinante das políticas públicas;

- ✓ Áreas de atuação das políticas públicas: econômica, política e social;
 - ✓ Formas de atuação: universais, focalizadas, ativas e passivas. Exemplos;
 - ✓ Políticas públicas no Brasil;
 - ✓ Participação na construção, gestão e fiscalização das políticas públicas.
- O intuito aqui é consolidar a discussão sobre políticas públicas como a base de onde partir para aprofundar o conhecimento da dinâmica do SPETR, do papel dos conselheiros e da intervenção e qualidade de sua atuação local, assim como a participação política no jogo democrático.

Material do Formador

- AZEREDO, Beatriz. Políticas Públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: A reforma do Estado e políticas públicas de emprego no Brasil. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1993.
- RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos (excerto). Rio de Janeiro, s/d.
- Filme “Quando Tudo Começa”
- Repente “Políticas Públicas” (Instituto Pólis)
- Entrevista Celso Daniel (Revista Pólis)

Material para os Conselheiros

- Repente “Políticas Públicas” (Instituto Pólis).

12:30 – Almoço**14:30 – Avaliação individual do dia anterior e da manhã (Democracia, participação e políticas públicas)**

A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE (SUS)

Objetivo: Apresentar outras experiências de conselhos e sistemas de políticas públicas para subsidiar o desafio de repensar o papel das comissões dentro do SPETR.

Intenção: Que os participantes percebam outras possibilidades de ação a partir da atuação em outras políticas públicas.

Desenvolvimento

- Momento 1: Filme: Políticas de Saúde no Brasil;
- Momento 2: Apresentação sobre o SUS.

14:45 – Momento 1: Filme: Políticas Públicas de Saúde no Brasil

- Exibição do filme sobre a história do SUS e das políticas de saúde no Brasil que serve de introdução e subsídio à discussão sobre o tema;
 - ✓ Resenhas e download do filme:
http://www.saude.mt.gov.br/site/arq_documentos_ses.php
http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=26232
 - ✓ Link direto para download:
http://www.saude.mt.gov.br/site/documentos_ses/videos/Políticas_de_Saude_no_Brasil_%20Filme_na_Integra.wmv

16:00 – Momento 2: Apresentação sobre o SUS.

Sugestão: Procurar pessoas que possam fazer a apresentação do tema na qualidade de “especialista” ou convidado com experiência prática.

Algumas questões que devem nortear a conversa sobre as experiências de outros conselhos:

- ✓ Surgimento e histórico do Sistema Único de Saúde – contexto político, econômico e social;
- ✓ Como se estrutura o SUS?
- ✓ Quais são as políticas públicas que o SUS engloba/integra?
- ✓ Qual é o nível de integração dessas políticas?
- ✓ Como é a participação da sociedade?

- ✓ Qual é o papel dos conselhos de saúde? Como funcionam? Quais suas atribuições e competências?

16:30 – Café

16:45 - Continuação

18:30 – Encerramento

18:30 – Reunião da Coordenação

Material do Formador

Sistema Único de Saúde (SUS) – Verificar material de referência com o palestrante.

Material para os Conselheiros

Sistema Único de Saúde (SUS) – Verificar material a ser entregue com o palestrante.

DIA 3**8:30 – Retomada do dia anterior****DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

Objetivo:

- Construir num espaço tripartite a noção de um processo de desenvolvimento, pensado para além da questão econômica, por meio da discussão e da precisão dos diferentes conceitos e realidades acerca do desenvolvimento;
- Analisar criticamente os planos de desenvolvimento implementados no país;
- Compreender o processo de desenvolvimento em suas várias dimensões: social, econômica, político-institucional e ambiental;
- Apresentar as dimensões territoriais do desenvolvimento – nacional, regional e local;
- Criar subsídios para se pensar em diretrizes para um plano ou ações de desenvolvimento com distribuição de renda e redução das desigualdades sociais.

Intenção: espera-se que os conselheiros reconheçam, no decorrer da atividade, que o trabalho das comissões constitui *um dos* espaços de construção, experimentação e difusão de *alguma forma* de desenvolvimento (para o bem ou para o mal). Ou seja, cabe às comissões - não só, mas também -, discutir e decidir qual o desenvolvimento *desejado, pretendido e planejado*.

Desenvolvimento

- Momento 1: O que se entende por desenvolvimento;
- Momento 2: Planos de desenvolvimento no Brasil;
- Momento 3: Desenvolvimento local, regional e nacional.

9:00 - Momento 1: O que se entende por desenvolvimento

- Discutir com os participantes, em plenário, o que se entende por desenvolvimento. Distribuir tarjetas, onde os participantes descreverão, em duas ou três palavras, o que entendem por desenvolvimento. Colar as tarjetas num grande cartaz afixado na parede;
- Ler as tarjetas e problematizar com o grupo o conceito de desenvolvimento que, geralmente, está associado ao crescimento econômico. Se as tarjetas trouxerem

outros significados, identificá-los e discuti-los com o grupo. Em seguida, questionar se esses “outros” significados de desenvolvimento estiveram presentes na história recente do país e, se não estiveram, porque isso aconteceu.

9:30 - Momento 2: Planos de desenvolvimento no Brasil

- A coordenação encaminha os participantes para um trabalho em grupo (3 grupos) de 40 minutos que envolve a leitura de trechos de planos de desenvolvimento já implementados no país (Plano de Metas, Plano Trienal, PNDs, PAC) – cada grupo trabalha com um plano. Após o trabalho em grupo, abre-se para o debate e sistematização das discussões, a partir das seguintes questões:
 - a) em que contextos sociais, econômicos e políticos eles estavam inseridos?;
 - b) qual é o conteúdo desses planos e que objetivos perseguiram?;
 - c) qual é o conceito de desenvolvimento presente nesses planos?
- Cada grupo apresenta os resultados dos trabalhos em plenária;
- A coordenação, a partir das conclusões elaboradas pelos grupos, comenta as principais questões propostas sobre cada plano e pode enfatizar a necessidade de superar os limites das experiências de desenvolvimento vividas pelo país, dados, principalmente, por uma visão “economicista”, que reduz o desenvolvimento ao crescimento econômico. Finalizar com comentários sobre o PAC.

10:30 - Café

Continuação

12:30 – Almoço

14:30 - Momento 3: Desenvolvimento local, regional e nacional

- A coordenação apresenta ao grupo a questão da dimensão territorial do desenvolvimento – nacional, regional e local - através de uma aula dialoga.
- Primeiramente, é importante apresentar o contexto em que estamos vivendo:
 - ✓ Os países (espaços nacionais) estão cada vez mais inseridos no processo de globalização;

- ✓ Os espaços regionais e locais (dentro do espaço nacional) estão sendo disputados pela lógica da globalização (custos mais baixos, infra-estrutura econômica, etc...);
 - ✓ Os Estados Nacionais perderam parte de seu poder de intervenção, especialmente a capacidade de mobilizar recursos financeiros;
 - ✓ A dimensão local ganhou “status” com o abandono das políticas nacionais. Não necessariamente como um projeto, mas como falta de opção;
 - ✓ O governo Lula recoloca a discussão do desenvolvimento nacional/regional/local quando executa políticas como: PAC, novas universidades/escolas técnicas (descentralizadas espacialmente), bolsa família, salário mínimo (nesses casos porque o impacto é maior nas regiões menos desenvolvidas);
 - ✓ O avanço da democracia afasta a hipótese de planos nacionais de desenvolvimento sem uma longa discussão com a sociedade que, em função dos interesses divergentes, praticamente impede que a discussão avance.
- Após a contextualização a coordenação pode, a partir de questões e exemplos, desenvolver e aprofundar o tema:
 - ✓ Retomar o debate do desenvolvimento e assinalar sua importância e o abandono desse tema por quase três décadas (desde a década de oitenta);
 - ✓ Conceituar desenvolvimento nacional, regional e local;
 - ✓ É possível pensar as dimensões de desenvolvimento (nacional, regional e local) sem o Estado na liderança? Obviamente considerando um Estado democrático;
 - ✓ Quais fatores impulsionam o desenvolvimento local/ regional?
 - ✓ Apresentar as experiências históricas de desenvolvimento nacional, regional e local
 - Exemplos que podem ser aprofundados:
 - ✓ Nacional: Getúlio, Juscelino (Plano de Metas), Paeg, I PND, II PND
 - ✓ Regional: Nordeste (SUDENE); Norte (SUDAM)
 - ✓ Local: desenvolvimento local (municipal) a partir de intervenções do Estado - Guarulhos/Aeroporto de Cumbica; Foz do

Iguaçu/Itaipu; Angra dos Reis/Estaleiros Navais; Camaçari/Pólo petroquímico; Manaus/Zona Franca.

✓ Experiências de desenvolvimento local/regional a partir de decisões de grandes empresas (com incentivos fiscais): FIAT/Betim – MG; General Motors/Gravataí – RS; Usiminas/Ipatinga – MG; Ford/BA; Têxtil/PB; VW/Taubaté; GM/São José dos Campos;

✓ Recursos naturais, humanos, proximidade dos centros mais dinâmicos, desenvolvimento histórico, entre outras: Cana em Ribeirão Preto; Minérios em MG; Turismo no Nordeste, RJ; Petróleo no RJ, ES e SP; Agronegócio no MS, MT, GO;

✓ Os riscos e oportunidades das decisões das grandes empresas. Como articular com os interesses locais/regionais?: Petrobrás; Vale do Rio Doce; Montadoras de automóveis;

✓ O “capital” social e político dos municípios/regiões influenciando o desenvolvimento local/regional: atores sociais, políticos, conselhos, sindicalistas e empresários com alto grau de articulação para mobilizar recursos para o desenvolvimento do local

- Dois casos mais aprofundados que podem ser usados ou servirem de modelo para experiências regionais:

✓ 1º caso: Região onde a dinâmica econômica está sendo induzida por investimentos do Estado. Exemplo: Região de Lagoa Santa, MG, que experimenta, atualmente, um rápido processo de crescimento em função da reativação do Aeroporto de Confins e da construção do Centro Administrativo do Estado, para onde serão direcionadas todas as secretarias de governo e seus respectivos funcionários.

✓ 2º caso: Região onde a dinâmica econômica está sendo induzida por investimentos de grandes empresas. Exemplo: Região sul do Espírito Santo, que experimenta, atualmente, um rápido processo de crescimento em função da descoberta, pela Petrobrás, de um grande campo de petróleo. A região, tradicionalmente, vivia das atividades ligadas ao turismo, que têm forte caráter sazonal.

- A partir dessas duas situações, discutir:

- ✓ Que oportunidades poderão ser criadas nessas regiões em função dos investimentos nelas realizados?
 - ✓ Que impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais poderão decorrer da nova dinâmica econômica regional?
 - ✓ Que diretrizes deverão orientar a ação dos atores locais – prefeituras, comissões de emprego, associações de classe, movimentos sociais, universidades – para ampliar as oportunidades e controlar os impactos negativos do processo de crescimento econômico em curso?
- Algumas relações a serem consideradas durante a aula dialogada:
 - ✓ Trabalho e emprego;
 - ✓ Desenvolvimento e crescimento econômico;
 - ✓ Educação e preparação para o trabalho;
 - ✓ Sistemas de relações sociais de trabalho;
 - ✓ Condições de realização do trabalho (jornada, condições ambientais, ritmos, autonomia, entre várias outras);
 - ✓ Produtividade e remuneração do trabalho;
 - ✓ Distribuição da riqueza produzida expressa pelas condições de vida propiciadas pelo desenvolvimento (alimentação, saúde, cultura, lazer, transporte, habitação, aposentadoria, entre várias outras).

Material do Formador

- BACELAR, Tânia de Araújo, “Por uma política nacional de desenvolvimento regional”. In: Revista Econômica do Nordeste, V. 30, No. 2, Fortaleza, abril-junho 1999, p. 144-161
- CAT, CGT, CGTB, CUT, Força Sindical, NCST, SDS. Agenda dos Trabalhadores pelo desenvolvimento. São Paulo, Centrais , 2007.
- CONFERENCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 87a reunión. 1999. Trabajo decente, Ginebra, Oficina Internacional de Trabajo, 1999.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES. Agenda nacional de desenvolvimento – AND, Brasília, CDES, 2007.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES. As desigualdades da educação no Brasil in Observatório da Equidade: parecer de observação. Brasília, CDES, s/data

- DIEESE. Desenvolvimento com distribuição de renda: palestras. CD. São Paulo, DIEESE, 2005
- FURTADO, Celso. O mito de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- IPEA (coord.). Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, IPEA, 2005.
- IPEA. Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro, IPEA, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1992
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- SOCHACZEWSKI, Suzanna. A produção da vida: o papel e o lugar do trabalho na sociedade contemporânea. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da FFLCH da USP. 1998

Material para os Conselheiros

- BACELAR, Tânia de Araújo, “Por uma política nacional de desenvolvimento regional”. In: Revista Econômica do Nordeste, V. 30, No. 2, Fortaleza, abril-junho 1999, p. 144-161

DIA 4**8:30 – Retomada do dia anterior****A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA**

Objetivo: Olhar as mudanças do SPETR a partir da explicitação das diferentes concepções de público e privado, de políticas públicas e de participação/intervenção dos atores sociais, e, sobretudo, entender o SPETR como uma construção social, isto é, como o resultado da correlação de força entre essas diferentes concepções, nos diferentes momentos históricos.

Intenção: Que os participantes possam compreender as mudanças no SPETR não como questões pontuais, mas como resultado de disputa de projetos, concepções e interesses diferentes. E, desta forma, repensar sua atuação no SPETR.

Desenvolvimento

- Momento 1: Relembrando o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda;
- Momento 2: História e institucionalidade do SPETR (Resoluções 80, 262 e 333);
- Momento 3: Atualidade do SPETR (Resoluções 466 e 560).

9:00 - Momento 1: Relembrando o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

- A coordenação pode introduzir a especificidade das políticas públicas de emprego, aproximando o debate para o objeto específico das comissões, e problematizar questões como:
 - ✓ Surgimento, história e desenvolvimento das políticas de emprego no Brasil (retomada do Nível 1);
 - ✓ O SPETR como uma forma de operacionalização das políticas de emprego e o FAT como fonte de recursos;
 - ✓ Diferença entre as políticas de emprego (ações isoladas e desarticuladas) e a concepção de um SPETR (integrado);
 - ✓ Lembrar que há um debate acerca das políticas de emprego (macro) X políticas de proteção do trabalho/trabalhador;
 - ✓ Programas e ações que estão “fora” do SPETR (Economia Solidária, Trabalho Infantil, e outras).

9:30 - Momento 2: História e institucionalidade do SPETR (Resoluções 80, 262 e 333, 466)

A coordenação pode provocar os participantes com as seguintes perguntas:

1. Como é o SPETR hoje?
2. Sempre foi assim? Como chegou a ter a configuração de hoje?

A coordenação, a partir das respostas dos conselheiros em plenária, pergunta:

3. Mas quem institui/determina/orienta as ações da comissão e do SPETR?
Através de qual instrumento?

Assim pode-se iniciar a leitura de trechos das principais resoluções do CODEFAT que instituem as Comissões de Emprego, os grandes programas, as alterações institucionais que cria o convênio único, etc. Resoluções essenciais: 63, 80, 262, 333.

Ao tratar das resoluções deve-se descrever e discutir o essencial em cada uma delas. Cada resolução trata de alguns assuntos / temas / programas / órgãos (ver o texto “Com-Emprego: Atribuições e Competências – Consolidação das resoluções do CODEFAT” distribuído no Nível 1). A seguir uma sugestão de abordagens para cada resolução selecionada:

- ✓ Res. 63 (1994): Estabelece as Comissões de Emprego em nível estadual (inclui o DF) e municipal;
- ✓ Res. 80 (1995): Altera a Resolução nº 63, de 28 de julho de 1994, que estabelece critérios para reconhecimento, pelo CODEFAT, de comissões de emprego constituídas em nível Estadual, do Distrito Federal e Municipal, no âmbito do sistema público de emprego.
- ✓ Res. 262 (2001): Altera a Resolução nº 80, de 19 de abril de 1995, e suas alterações, que estabelece critérios para reconhecimento, pelo CODEFAT, de comissões de emprego constituídas em nível Estadual, do Distrito Federal e Municipal, no âmbito do sistema público de emprego
- ✓ Res. 333 (2003): Institui o Plano Nacional de Qualificação - PNQ e estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT ao PNQ, implementado sob gestão do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - DEQ/SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por meio de Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho ou de Arranjos Institucionais Municipais, e de Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) de caráter

nacional ou regional com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.

Pode-se iniciar a construção de um quadro a partir da leitura das resoluções, da intervenção dos conselheiros e do questionamento em plenária, a partir de algumas questões:

- ✓ “O que mudou” e “o que se manteve” no desenvolvimento das políticas de emprego no Brasil?;
- ✓ Em que contexto (político, econômico e social) as mudanças ocorreram?;
- ✓ Quais interesses, conflitos e relações de força vigentes?

Resolução	Data (ano)	O que mudou?	O que ficou?	Características

- ✓ Nessa construção do quadro e no debate sobre as resoluções é importante enfatizar sempre o papel e as atribuições (conquistas e perdas) das comissões, assim como do CODEFAT.

10:30 - Café

10:45 - Momento 3: Atualidade do SPETR (Resoluções 466 e 560)

- Dividir a turma em 6 grupos mistos (bancadas e comissões) de aproximadamente 6 ou 7 conselheiros e propor o seguinte trabalho, em grupo de 40 minutos:
 - ✓ 3 grupos recebem a Resolução 466;
 - ✓ 3 grupos recebem a Resolução 560.
- Todos devem ler a resolução e responder em grupo as seguintes questões (com o intuito de completar o quadro e aprofundar a discussão sobre a institucionalidade do SPETR):
 - ✓ O que mudou?;
 - ✓ O que ficou?;
 - ✓ O que está (estava) por trás de cada resolução?;
 - ✓ Qual o contexto político, econômico e social?;

- ✓ Quais interesses, conflitos e correlações de força?
- Cada grupo escreve em flip chart a sistematização da reflexão do grupo, cola no quadro e apresenta, sucintamente, a discussão realizada no grupo;
- A coordenação dialoga com a turma a partir dos trabalhos dos grupos e, se necessário, reorganiza o quadro.
- A coordenação deve estar atenta à essência de cada resolução:
 - ✓ Res. 466 (2005): Convênio Único, Habitantes (300 mil), Centros Públicos, integração dos programas, municipalização, etc.
 - ✓ Res. 560 (2007): Ampliação do Convênio Único, entidades executoras, consórcios, Habitantes (200 mil).
- Nesse momento pode-se discutir os documentos do Fórum +300 sobre as alterações no SPETR, podendo servir de exemplo para as diferentes visões e interesses em disputas na construção das políticas de emprego no país.

12:30 – Almoço

Material do Formador

- AZEREDO, Beatriz. Políticas Públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: A reforma do Estado e políticas públicas de emprego no Brasil. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1993.
- Síntese das resoluções do CODEFAT relativas ao SPETR (impresso), 2006.
- Síntese do histórico do SPETR (impresso), 2006.
- MTE. II Congresso Nacional: SPETR. São Paulo: CODEFAT FONSET, 2005.
- Resoluções utilizadas
- Entrevista Celso Daniel (Revista Pólis)
- Síntese das resoluções 2007 (site MTE)
- Documentos Fórum + 300

Material para os Conselheiros

- Síntese das resoluções do CODEFAT relativas ao SPETR (impresso), 2006.
- Resoluções utilizadas

14:30 – Retomada

DIAGNÓSTICO E AÇÕES PARA POTENCIALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivos:

- Discutir o “diálogo” entre o desenvolvimento local, regional e nacional;
- Repensar, a partir da concepção que foi construída de desenvolvimento, em como realizar diagnósticos que considerem, para além do mercado de trabalho, a educação, a habitação, a saúde, a cultura, etc, entre outros elementos;
- Verificar o impacto do crescimento econômico na localidade, no mercado de trabalho, e além dele;
- A partir do diagnóstico, pensar ações e a forma como a comissão de emprego se relaciona com os outros atores.

Intenção: Possibilitar uma outra forma dos conselheiros conhecerem a localidade e pensarem ações em conjunto com outros atores, na construção de desenvolvimento local.

Desenvolvimento

- Momento 1: Retomada do Nível 2;
- Momento 2: Diagnóstico;
- Momento 3: Ações de fortalecimento para atuação das comissões.

Momento 1: Retomada do Nível 2

A coordenação realiza uma retomada das discussões realizadas nos dias anteriores, passando por todos os temas do Nível II.

15:00 - Momento 2: Diagnóstico

- A coordenação coloca a seguinte questão em plenário:
 - ✓ Se as comissões de emprego têm como foco o emprego, trabalho e renda, porque no Trabalho Pré-Curso demandamos informações sobre saúde, educação, habitação, etc.?
- Entre as respostas dos conselheiros o coordenador pode destacar ou introduzir as seguintes questões:
 - ✓ Conhecer melhor o município;

- ✓ Que a saúde, habitação, educação, etc. afetam a questão do trabalho, emprego e renda;
 - ✓ Trabalho como questão transversal;
 - ✓ Destacar a articulação e integração das políticas públicas.
- Em seguida, a coordenação encaminha um trabalho em grupo com a intenção de, no primeiro momento, lançar um novo olhar para o município, a partir da seguinte demanda:
 - ✓ Realize um diagnóstico dizendo como está o seu município (região ou estado) hoje.
 - Esta questão será respondida a partir das informações coletadas no Trabalho Pré-Curso e pelo conhecimento pessoal que os conselheiros têm do município.
 - A idéia é elaborar um diagnóstico do município ressaltando os aspectos positivos e negativos.

16:30 - Café

16:45 – Momento 3: Ações de fortalecimento para atuação das comissões

- ✓ Neste momento, as comissões são instigadas a realizar um trabalho em grupo cujo propósito é pensar ações, a partir do Trabalho Pré-Curso e relacionadas ao diagnóstico do município, considerando:
 - ✓ Os outros atores sociais presentes no município – outros conselhos, instituições, sindicatos, ONGs, por exemplo;
 - ✓ O poder público;
 - ✓ A relação entre as bancadas;
 - ✓ A relação entre os municípios.

18:30 – Encerramento

18:30 – Reunião da Coordenação

DIA 5**8:00 – Retomada****DIAGNÓSTICO E AÇÕES PARA POTENCIALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS (continuação)**

8:30 - Apresentação dos Trabalhos em Grupo realizados no dia anterior com um comentário da coordenação sobre cada resultado apresentado, abrindo-se, em seguida, para debate com as demais comissões.

10:30 - Café

10:45 – Continuação

12:30 – Almoço

14:30 - Avaliação do Curso

Exercício

- A coordenação pede que os conselheiros se agrupem por comissão novamente e que respondam à seguinte pergunta:

✓ Se sua comissão fosse um restaurante quais NOVOS PRATOS formariam o cardápio após a participação no curso? Por quê?

As respostas devem ser apresentadas em plenária e agrupadas numa cartolina ou flip chart para construção do “novo menu” do curso.

As respostas podem ser comentadas pela coordenação.

16:00 – Cerimônia de Certificação

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah. Crises da República, São Paulo, Perspectiva, 1999
- ARENDT, Hannah. A condição humana, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981
- AZEREDO, Beatriz. Políticas Públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: A reforma do Estado e políticas públicas de emprego no Brasil. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1993.
- BACELAR, Tânia de Araújo, “Por uma política nacional de desenvolvimento regional”. In: Revista Econômica do Nordeste, V. 30, No. 2, Fortaleza, abril-junho 1999, p. 144-161
- BAVA, Sívio Caccia. “A construção democrática e o futuro”, in: Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 2, No. 7, Fev. 2008, pgs. 4-5
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Verbetes: Democracia e Participação Política, Brasília: Ed. UnB/Imprensa Oficial, 5ª edição, 2003
- BRASIL, Plano Trienal – Decreto No. 52.256 de 11 de julho de 1963
- BRASIL, PND – Lei No. 5.727 de 04 de novembro de 1971
- BRASIL, Projeto “Projeto Brasil em 3 Tempos: 2007, 2015 e 2022”, Cadernos NAE da Presidência da República, No. 1, julho 2004, Brasília
- CARREIRA, Denise, “Indicadores de incidência em políticas públicas”, In: La Piragua – revista latinoamericana de educación y política, No. 26, II, CEAAL, 2007, p. 79-84
- CODEFAT, Resolução No. 560 de 28 de novembro de 2007
- COLÉN, Célia Mara Ladeia. Reforma do estado: em busca do dissenso perdido análise da crise do paradigma neoliberal a partir das controvérsias teóricas entre Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Fábio Wanderley Reis. 2001. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- Entrevista Celso Daniel (Revista Pólis)
- Filme “POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL: Um século de luta pelo direito à saúde”, de Renato Tapajós.
- Filme “O Jardineiro Fiel”, de Fernando Meirelles
- Filme “Quando tudo começa”, de Bertrand Tavernier.
- MTE. II Congresso Nacional: SPETR. São Paulo: CODEFAT/FONSET, 2005.
- INSTITUTO PÓLIS, Repente No. 26 “Política Pública como garantia de direitos”, dezembro 2006

- RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos (excerto). Rio de Janeiro, s/d.
- Síntese das resoluções do CODEFAT relativas ao SPETR (impresso), 2006.
- Síntese do histórico do SPETR (impresso), 2006.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia. “Até onde vai a participação cidadã?”, in: Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 2, No. 7, Fev. 2008, pgs. 6-7.